

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Carroço Brasileiro Class.: Diritos Indígenas /
 Data: 18 de Novembro de 1980 Pg.: Tribunal Russel /
DI TR 00 29

Em nome do bom senso

MP
**AUSTREGÉSILIO
 DE ATHAYDE**

Um professor inglês de Cambridge, conversando comigo em Londres, há muitos anos, fez comentários sobre a democracia de Wells e depois referiu-se a Gladstone, atribuindo-lhe a declaração de que democracia é sinônimo de bom senso. Não são os homens de gênio ou de elevado talento que encarnam melhor o regime democrático e sim aqueles que interpretam as idéias e os sentimentos do povo. Vem daí a força do bom senso como respaldo da estrutura da democracia, pois o povo guia-se por intuições que pertencem ao campo do senso comum e jamais por especulações teóricas que não estão a seu alcance entender. Gênios e carismas levam a regimes totalitários que suprimem a vontade livre das maiorias e concentram a fé no poder de decisão de um homem só.

Tais reflexões surgem diante de alguns fatos ultimamente ocorridos no Brasil, precisamente quando se acentua o empenho geral para reingressarmos na velha democracia de nossa tradição, imperial e republicana, cheia de contradições, de incoerências e até mesmo de enigmas, mas está em nossas raízes e é, portanto, em si mesma legítima. Vejam, por exemplo, como nesse caso do padre italiano que se recusou a rezar uma missa durante os festejos comemorativos do Dia da Pátria, sob a alegação de que o Brasil não é um país independente. Caberia ao Prefeito de Ribeirão, em nome do bom senso, pedir a outro sacerdote que o

fizesse e, na falta, que pura e simplesmente se dispensasse essa manifestação religiosa, ficando à consciência do vigário e ao espírito de disciplina do Sr. Bispo resolver questão tão sem importância. Ao contrário, houve protestos, formaram correntes contra e a favor do padre que acabou expulso, com um castigo excessivo diante da culpa de pura leviandade e falta de entendimento psicológico do país que o acolheu. Uma tempestade em copo d'água, com repercussão dentro e fora, tudo intrascendente e além das dimensões próprias do caso.

Agora repetimos a dose, proibindo que o cacique Juruna vá a Amsterdam a fim de tomar parte no Tribunal Bertrand-Russel, uma organização tocada de lirismo, talvez respeitável mas de nenhuma influência na marcha dos negócios do mundo. Se a nossa intenção é evitar que o índio Mário Juruna faça declarações desagradáveis e até mesmo inverídicas, projetando uma imagem menos favorável do Brasil, acredito que o ato da proibição de sua viagem será mais nocivo do que a sua presença e depoimentos que venha a prestar. Que fale e diga o que quiser o aborígene que será recebido na Europa como os bons selvagens de três séculos passados, quando ainda tantas ilusões se nutriam a respeito do verdadeiro fundo da natureza humana universal. Depois volte e reintegre-se à tribo. Os nossos grandes problemas são outros e não será a palavra trôpega do Sr. Juruna, sempre contestável, que irá agravá-los. Assim fala Zarastustra, inspirado no bom senso.